Revista Eletrônica Pesquiseduca
Revista do Programa de Pós-Graduaçãoem Educação
v. 18 n. 50 (2026)
set/dez
ISSN: 2177-1626

https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS

DOI: 10.58422/repesq.2026.e2043

# Resenha

*Leher, Roberto.* **Educação no governo Bolsonaro: inventário da devastação.** *(org.) São Paulo: Expressão Popular, 2023. 272 p.*

**Thais Morgado dos Santos Carvalho**[1]
thais.morgados@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-9944-1863
**Cristiane Mello de Miranda Silva**[2]
cristianemellosilva13@gmail.com
https://orcid.org/0000-0003-1156-0313

## Resenha do livro Educação no governo Bolsonaro: inventário da devastação de Roberto Leher

O Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação (Colemarx), juntamente com os pesquisadores do Fórum Nacional de Educação do Campo (Fonec) produziram o livro intitulado ***Educação no Governo Bolsonaro: inventário da devastação***. Obra coletiva e dialogada, tendo seus capítulos debatidos entre os autores à luz da reflexão crítica. As temáticas contempladas nos textos sistematizam aspectos da guerra cultural travada durante o governo de Jair Bolsonaro, no período de 2018 a 2022, a qual, caracterizada como um projeto fascista, objetivou atingir a edu-

1. https://orcid.org/0000-0002-9944-1863 Universidade Católica de Santos, discente, pesquisadora da Pedagogia Crítico-Libertadora do Pensamento de Paulo Freire e Currículo, Brasil. E-mail: thais.morgados@gmail.com

2. https://orcid.org/0000-0003-1156-0313 Universidade Católica de Santos, discente, pesquisadora da Pedagogia Crítico-Libertadora do Pensamento de Paulo Freire e Educação Integral, Brasil. E-mail: cristianemellosilva13@gmail.com

cação pública, a cultura e a ciência. Esta produção reúne a estrutura de organização da obra e seus principais apontamentos.

Em sua macroestrutura linguística, o livro apresenta uma reconstituição da trajetória dos ministros da Educação e as dinâmicas políticas que ocorreram no governo objeto da análise. Há um fio que conduz de forma linear, com aproximações de temáticas e densos aprofundamentos; sem constituir artigos isolados, mas sim, uma obra dialógica e complexa, propiciando coesão entre os capítulos.

O capítulo 1 recebe o título de *Governo Bolsonaro e autocracia burguesa: expressões neofascistas no capitalismo dependente* redigido por Roberto Leher e Maria Rosemary Soares dos Santos. Há uma composição de contexto e teoria que parte do ano 2014, elencando movimentos políticos e sociais de extrema-direita e os principais Aparelhos Privados de Hegemonia empresariais, os quais resultaram no golpe de 2016. Os autores destacam os embates existentes no interior da *guerra cultural*: a teoria da conspiração do "marxismo cultural", movimento Escola Sem Partido, desmonte da educação pública e seus desdobramentos na pandemia de covid-19, Todos pela Educação, BNCC e BNC-Formação, assim como, o enfraquecimento do MEC e aderência à pós-verdade em detrimento aos estudos científicos.

No texto, é possível identificar a definição do termo *guerra cultural* com o pressuposto de destruição, apresentando uma agenda de políticas públicas que, para além de viabilizar um projeto educacional neoliberal, também fundamentaram suas ações no neofascismo. Dessa forma, demonstra-se que os confrontos ideológicos manifestam expressão material, ao que os autores colocam de forma sistematizada pela figura dos ministros à frente do MEC e o crescente vínculo entre o fundamentalismo religioso e a mercantilização da educação.

A organização do capítulo 2 encontra-se em torno da *Guerra Cultural e seus Efeitos na Educação Pública Brasileira*, produzido por Inny Accioly, Amada Moreira da Silva e Simone Silva. As autoras definem que a educação no capitalismo contemporâneo possui duas funções: reprodução da força de trabalho voltada ao processo de exploração e apropriação privada do resultado da força da classe trabalhadora. Compreende-se que a educação é central na disputa do projeto de sociedade e, ao apresentar os aspectos desse intento da política bolsonarista, ficou em destaque a tentativa de imprimir valores reacionários e enfraquecer os pólos de resistência ao desmonte da educação pública.

Uma concepção dogmática polarizou a realidade na luta entre o bem e o mal constituindo uma subjetividade em torno do "novo senso-comum". Estes elementos resultaram, segundo as autoras, na ideia liberal acerca do esforço pessoal, uma visão meritocrática inserida na ascensão da extrema-direita mundial. A somatória destes fa-

tores consubstanciam a forma binária de oposição, "nós" contra "eles", transparecendo uma composição da representatividade política dos cargos de militares e membros de instituições religiosas, contrariamente à redução de membros da sociedade civil. Tais movimentos estimularam mecanismos de controle e violência contra professores e estudantes.

Em *Aparelhos Privados de Hegemonia Empresariais e Guerra Cultural na Educação Brasileira*, capítulo 3, Maria Carolina Andrade e Vânia Cardoso da Motta apresentam as tensões entre a política de Bolsonaro e o empresariado da educação, demonstrando por intermédio dos movimentos com visão ideológica militar e religiosa uma distância inicial dos anseios dos grandes conglomerados educacionais. O texto avança sobre as propostas que protagonizaram o debate educacional: sistema de *vouchers, homeschooling* e controle do trabalho docente. Inicialmente, os defensores do neoliberalismo divergiam em seu projeto da política bolsonarista por optar pelo plano de formatar consumidores, não propagadores dos códigos morais para preservação do poder, eleitorado acrítico.

Os autores Bovolenta, Figueiras, Gawryszewski, Lamarão e Mendes aprofundaram o debate no capítulo 4: *Formação da Classe Trabalhadora*. A produção explora as ofensivas contra os direitos trabalhistas e demonstra a existência de uma pedagogia do capital, pautada nas competências necessárias para o mercado de trabalho, centralizando a formação da juventude. Necessariamente, analisa-se o chamado Novo Ensino Médio, considerado "uma pauta reivindicada há tempos pelos setores dominantes" (p. 92). Os autores demonstram estatisticamente a grande repercussão na formação continuada nesta perspectiva tecnicista para aplicação da política.

O desenvolvimento do capítulo 5 escrito por Clarice Aparecida dos Santos e Marlene Lucia Siebert Sapelli recebeu o título *Educação do Campo: Mais do que Modalidade, Disputa de Projetos*. As autoras apresentam uma análise com profundas críticas ao projeto capitalista que tem promovido desumanização e destruição do meio ambiente por ordenamentos jurídicos, os quais priorizam o crescimento do agronegócio em detrimento da agroecologia, sendo esta defendida pelo movimento da Reforma Agrária Popular. É possível acompanhar a disputa existente desde os anos de 1990 com modelo agroexportador de *commodities* agrícolas, destacando as tensões que perpassam a Educação. O impacto repercute até mesmo nas relações entre o conservadorismo da chamada bancada ruralista e revisões na Base Nacional Comum Curricular.

No capítulo 6, Maria Carolina Andrade nos convida a refletir de forma abrangente e sistematizada sobre a *Base Nacional Comum com seus setores dominantes e a guerra cultural*. A autora destaca a maneira vil com que o chefe do Poder Executivo conduziu a Educação brasileira, sem deixar de aludir que o problema é anterior a sua gestão,

entretanto é agravado por ela. A Base Nacional Comum Curricular tem origem no Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, grupo formado por empresários, durante um Seminário realizado em Yale, Estados Unidos da América, cujo objetivo foi adequar a educação básica às demandas do mercado globalizado.

No capítulo seguinte, *Formação docente: perspectiva instrumental, trabalho docente e contrarreformas educacionais*, no qual, Adriana Delgado, Lígia Magalhães e Cláudia Piccinini provocam a reflexão: "quais os projetos de sociedade e, consequentemente, de formação de professores/as, estão em disputa?". A produção coloca em evidência o retrocesso nos campos de direitos trabalhistas, democracia e, sobretudo, justiça social com o excesso de tecnicismo aplicado à profissão docente mediante influência agressiva das regras do capitalismo. A mercantilização da Educação, segundo os autores, visa treinar pessoas para trabalhos polivalentes que atendam às exigências do mercado e não voltadas à formação de uma sociedade com valores emancipatórios, comprometida com o desenvolvimento e a prática de uma cidadania crítica.

No oitavo capítulo, sob o título "*Trabalho docente, pandemia de Covid-19 e investidas contra os direitos trabalhistas*", Amanda Moreira da Silva discorre sobre a legislação que fragiliza as relações do trabalho docente, gerando flexibilização da jornada de trabalho, terceirização excessiva e trabalho intermitente, discutindo a partir das categorias de "uberização" e a "pejotização" do professor pessoa jurídica. Cenário que foi agravado sobremaneira durante a Pandemia de Covid-19, no governo de Jair Bolsonaro, potencializando o surgimento de doenças físicas e psicológicas aos docentes.

Os autores Rafaela Sardinha e Fábio de Souza, apresentam, no capítulo 9, as manobras políticas que incidiram sobre o financiamento da Educação Básica no governo Bolsonaro, em tempos de financeirização do capital e redução drástica do orçamento das políticas públicas. Os autores chamam a atenção para articulações partidárias que se estruturam para reduzir o orçamento para as políticas públicas, com destaque para as educacionais. A emenda Constitucional 95, de 2016, foi promulgada com o apoio de um discurso neoliberal em defesa de uma suposta responsabilidade fiscal, permitindo que fosse estabelecido um teto de gastos com políticas sociais, dentre elas, a Educação. Contudo, os gastos com despesas primárias do governo federal decresceu de 5,2%, em 2003, para 0,5%, no período de 2015 a 2018, época da aprovação da Emenda.

Os autores salientam que no mesmo período de enfraquecimento das instituições públicas de educação, grandes grupos empresariais adquiriram instituições privadas de ensino. Ademais, esses grupos[3] firmaram convênio com o Estado e implementaram plataformas de treinamento de docentes e venda de materiais apostilados. Trata-se de

3. Grupo Kroton Educacional, Grupo Lemann, Cogna Educação, Grupo Estácio,Anima Educação dentre outros.

um movimento de apropriação privada de fundo público, ou seja, o avanço privatista sobre os recursos financeiros públicos destinados à Educação. Um segundo golpe na Educação foi a promulgação da emenda constitucional 109/2021, que determinou o teto de gastos com políticas públicas pelos municípios, mas um limite de investimentos em educação criado pelo governo Bolsonaro.

No capítulo 10, a situação da educação superior pública federal durante um governo autocrático foi tema tratado por Simone Silva, Roberto Leher, Rafaela Sardinha, Andreia Gomes e Luciane Nascimento. Diversas leis de ordem limitantes foram implementadas, como a nova regulamentação do PROUNI, bem como, as que regimentam a cobrança de débitos estudantis e ainda as que modificam os trâmites do processo de escolha de reitores das universidades. Alterações que forjaram a imagem da extrema-direita e seus interesses nas universidades públicas brasileiras.

O último capítulo, o onze, escrito por Roberto Leher, *Forjando alternativas diante da ofensiva autocrática do governo Bolsonaro,*convida a todos a indagar, nos organizar e produzir ideias que rompem com essa lógica de exploração e dominação imposta pelo capitalismo vigente e sua guerra cultural neofacista. Impedindo a concretização da meta da extrema-direita que é de subordinar toda a Educação Pública aos preceitos e controles familiares e empresariais, gerando uma única linguagem oficial eivada de mentiras, preconceitos, ódio à diferença, teorias conspiratórias e da lógica do darwinismo social, assim como da individualização, competição e meritocracia.

O livro *Educação no Governo Bolsonaro: Inventário da Devastação* contribui de forma expressiva para o debate acerca do atual contexto da Educação brasileira, contemplando a política no centro de uma importante análise sobre aspectos legais, teóricos, históricos e curriculares. Como colocam os autores, as mobilizações precisam ser realizadas: “em razão das tempestades e da violência destes tempos, manter-se em vigilância e cuidado. Novos tempos e novas colheitas estão sendo preparadas” (p. 120), diante do exposto, apresenta-se aqui uma obra necessária para educadoras, educadores, gestores e pesquisadores comprometidos com a transformação social.